

O CONSELHO ESTADUAL DE MONUMENTOS GEOLÓGICOS - COMGEO-SP

Rogério Rodrigues Ribeiro¹; Ana Lúcia Desenzi Gesicki²; Antonio Theodorovicz³; Celso Dal Ré Carneiro⁴; Célia Regina de Gouveia Souza⁵; Diego Amorim Grola⁶; Eliane Aparecida Del Lama⁷; José Alexandre de Jesus Perinotto⁸; Paulo Boggiani⁹; Ricardo Vedovello¹⁰; Virginio Mantesso-Neto¹¹

¹ INSTITUTO GEOLÓGICO - SMA - SP; ² CONSELHO ESTADUAL DE MONUMENTOS GEOLÓGICOS - SP; ³ CPRM; ⁴ CONSELHO ESTADUAL DE MONUMENTOS GEOLÓGICOS - SP; ⁵ CONSELHO ESTADUAL DE MONUMENTOS GEOLÓGICOS - SP; ⁶ CONSELHO ESTADUAL DE MONUMENTOS GEOLÓGICOS - SP; ⁷ CONSELHO ESTADUAL DE MONUMENTOS GEOLÓGICOS - SP; ⁸ CONSELHO ESTADUAL DE MONUMENTOS GEOLÓGICOS - SP; ⁹ CONSELHO ESTADUAL DE MONUMENTOS GEOLÓGICOS - SP; ¹⁰ CONSELHO ESTADUAL DE MONUMENTOS GEOLÓGICOS - SP; ¹¹ CONSELHO ESTADUAL DE MONUMENTOS GEOLÓGICOS - SP

RESUMO: A preocupação com a conservação do patrimônio natural mundial (biótico e abiótico) teve forte impulso com a “Convenção para a Proteção da Flora, da Fauna e das Belezas Panorâmicas Naturais dos Países da América”, ocorrida em 1940, na cidade de Washington. Posteriormente, a “Convenção de Proteção ao Patrimônio Mundial, Cultural e Natural” foi apresentada como proposta e foi aprovada na 17ª Conferência das Nações Unidas (UNESCO), ocorrida em Paris, em 1972. O Brasil é signatário desta desde 1977 e atualmente há 186 Estados-Parte signatários. Foi uma tentativa sistemática e pragmática para conservação dos patrimônios natural e cultural. O Brasil avançou na conservação de seu patrimônio natural promovendo importantes ações: (1) o DNPM criou, em 1997, a SIGEP (Comissão Brasileira dos Sítios Geológicos e Paleobiológicos), com o objetivo de gerenciar bancos de dados e indicar os sítios brasileiros candidatos a patrimônio natural para a UNESCO, e (2) a CPRM lançou em 2006 o “Mapa da Geodiversidade do Brasil - 1:2.500.000”. No Estado de São Paulo, a preocupação com a proteção do patrimônio natural geológico iniciou-se nos anos 1970, por meio de ações governamentais como os Decretos Estaduais nº 11.138/78 e nº 24.931/86, que colocavam sob a égide da Coordenadoria da Pesquisa de Recursos Naturais (CPRN) e do Instituto Geológico (IG) a salvaguarda, o cadastro e o serviço de conservação dos Monumentos Geológicos voltados a propósitos científicos, culturais e turísticos. Em 2007, o IG lançou o Projeto “Monumentos Geológicos do Estado de São Paulo”, visando promover a pesquisa, a conservação e a divulgação do Patrimônio Geológico Paulista. Como principais produtos deste Projeto, apontam-se a implantação do “Inventário Paulista dos Monumentos Geológicos” e a criação do Conselho Estadual de Monumentos Geológicos (CoMGeo-SP). Este último, de caráter consultivo, foi criado pela Resolução SMA nº 76 (de 04-11-2009) e pensado para apoiar ações de gestão do Patrimônio Geológico Paulista, formado pelo coletivo de monumentos geológicos e geossítios. O CoMGeo-SP é composto pelo Secretário de Estado do Meio Ambiente, seu presidente, pelo Diretor Geral do IG, seu eventual substituto, pelo Secretário Executivo (Seção Monumentos Geológicos-IG) e por dezesseis (16) Conselheiros, especialmente identificados de acordo com a experiência em áreas de atuação que, direta ou indiretamente, possuam interface com a gestão desse bem natural: Geociências, Ciências Humanas, Turismo, Educação Ambiental, Gestão (Licenciamento/Fiscalização) e Patrimônio Cultural. Os Conselheiros foram convidados nominalmente pelo Secretário de Estado, independentemente da instituição ou da empresa em que porventura atuem. A composição não é definitiva e pode ser modificada, especialmente a cada dois anos de atuação, para atender à dinâmica e às demandas futuras do fórum. Dos 101 sítios já publicados pela SIGEP, 19 estão localizados no Estado de São Paulo. Destes, atualmente, cinco foram classificados como Monumentos Geológicos pelo CoMGeo-SP e se encontram inseridos no Inventário Paulista. Para os demais geossítios com potencial a Monumento Geológico, a Secretaria Executiva conta com quadro diagnóstico de informações e dados em permanente atualização, que permite direcionar análises, discussões e ações para a elaboração de adequada estratégia de conservação e de divulgação.

PALAVRAS-CHAVE: MONUMENTOS GEOLÓGICOS; CONSELHO ESTADUAL; INSTITUTO GEOLÓGICO.